

Lutas sociais e produção do espaço urbano na cidade de Belém-Pará

Social Struggles and Production of urban space in the city of Belém-Pará

Roselene de Souza Portela*

Samaria da Silva Pereira**

Izabel Cristina de Araújo***

Resumo: Aborda a produção do espaço urbano e as lutas sociais em Belém como espaço de interrelações urbanas. A cidade constitui-se como um local que aglutina diversos agentes sociais que possuem interesses particulares e constitui-se como um espaço complexo e heterogêneo. A necessidade de moradia digna se constituiu como bandeira de luta da população que habita as periferias dos centros urbanos, na busca de moradia digna, saneamento, pavimentação e participação social na elaboração das políticas públicas. Mediante o uso de metodologia qualitativa, realizou-se uma revisão bibliográfica e documental acerca do tema. Os resultados apontam para a relevância dos movimentos populares como sujeitos de transformação da arena política, como forma de reivindicarem a melhoria das condições de vida, dentro de um quadro de profundas desigualdades sociais e degradação ambiental, reconhecendo, desse modo, a capacidade e a potencialidade da própria sociedade civil quanto à indicação dos caminhos que a cidade deveria seguir.

Palavras-chave: Lutas Sociais. Espaço Urbano. Belém.

Abstract: It addresses the production of urban space and social struggles in Belém as a space of urban interrelations. The city is a place that brings together various social agents that have particular interests and constitutes a complex and heterogeneous space. The need for decent housing became the struggle flag of the population that inhabits the peripheries of urban centers, in the search for decent housing, sanitation, pavement and social participation in the elaboration of public policies. Through the use of qualitative methodology, a bibliographical and documentary review about the theme was carried out. The results point to the relevance of popular movements as subjects of transformation of the political arena, as a way of claiming the improvement of living conditions, within a framework of deep social inequalities and environmental degradation, thus recognizing the

* Doutora em Ciências Socioambientais pelo Núcleo de Altos Estudos Amazônicos - NAEA/UFPA (2011); Mestre em Planejamento do Desenvolvimento pelo NAEA/UFPA (2005); Graduada em Serviço Social pela Universidade Federal do Pará – UFPA (1997); Professora Adjunta da Faculdade de Serviço Social - FASS/UFPA e do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social - PPGSS/UFPA. E-mail: roselene@ufpa.br

** Graduada em Serviço Social pela Universidade Federal do Pará – UFPA (2016). E-mail: samariasilva@yahoo.com.br

*** Especialista em Políticas Públicas e Serviço Social pela Faculdade de Patrocínio – FAP (2018); Graduada em Serviço Social pela Universidade Federal do Pará – UFPA (2016). E-mail: izabelaraujocristina@gmail.com

capacity and potentiality of civil society itself as to the indication of the paths that the city should follow.

Keywords: Social Struggles. Urban Space. Belém.

Recebido em: 12/01/2018. Aceito em: 10/06/2018

Introdução

A construção do espaço urbano na Amazônia teve como elemento significativo, desde o período colonial, as determinações das políticas nacionais e internacionais. O processo de urbanização foi consequência de formas específicas do desenvolvimento do capitalismo para essa região. Essa forma se evidenciou nas relações econômicas estabelecidas para apropriação das riquezas naturais.

Assim, na Amazônia, cujo símbolo maior é a floresta tropical, região com características geográficas, climáticas e ambientais peculiares, as políticas de desenvolvimento têm provocado substanciais transformações na vida econômica, social e cultural de seus habitantes, com a utilização da ciência e tecnologia para modernizar e incorporar economicamente os recursos naturais hidrográficos e da floresta tropical ao mundo globalizado.

Em maior ou menor grau, o processo recente de desenvolvimento é resultante da ação ou omissão da elite regional – governantes, políticos, fazendeiros, empresários e intelectuais amazônicos – que, diretamente e/ou associada a interesses externos, tem ajudado a promover a modernização na região, a partir de objetivos estritamente econômicos e localizados, o que tem contribuído para o crescimento dos problemas sociais e da degradação ambiental.

Nesse sentido, pode-se afirmar que o avanço do capitalismo na Região Amazônica conduziu a uma transformação não apenas na estrutura fundiária, mas, também, no aspecto social, levando o camponês a disputar desigualmente com empresas nacionais e estrangeiras as terras que ocupa.

A dificuldade do acesso à terra tem sido outro fator determinante de desigualdades sociais e diferenciações entre as classes sociais. Os elevados preços do solo determinam a segregação social por estratos de renda, infligindo ônus

sociais inversamente proporcionais à capacidade de pagamento de quem os suporta.

Entretanto, essas desigualdades sociais não são reflexos apenas dos planos materiais e objetivos dos indivíduos, mas, também dos planos subjetivos e psicológicos, ou seja, são múltiplas as dimensões que os diferentes processos de desigualdades sociais afetam a vida e o cotidiano da população, tais como a econômica, a cultural, a política, a social, a psicológica etc.

O papel do Estado, nesse contexto, aparece de suma importância, uma vez que facilitou e reforçou a penetração do capital nacional e internacional na região, transformando-a num cenário que combina modernização e exclusão social, cujos princípios norteadores eram o patrimonialismo e o clientelismo.

Diferentes agentes, ligados tanto ao setor estatal quanto ao capital nacional e internacional, criaram as condições necessárias ao processo de acumulação e expansão capitalista ao mesmo tempo em que geraram pobreza e desigualdades sociais na região. Os benefícios do propalado progresso, que justificam as iniciativas desses agentes, não são apropriados pela maioria dos habitantes, estabelecendo profundos contrastes sociais que se refletem na cidade de Belém, no Estado do Pará, seu principal centro urbano.

Mediante esse contexto, analisou-se a produção do espaço urbano e as lutas sociais na cidade de Belém como um espaço de interrelações urbanas, portanto, tendo como fundamento as contradições sociais (derivadas das relações sociais conflituosas, relações de classe) e pressupondo o papel fundamental da práxis – das práticas urbanas, fazendo uma abordagem sobre o processo de participação popular nos projetos de infraestrutura urbana, com destaque para o Projeto de Duplicação da Avenida Perimetral, ressaltando os mecanismos e as estratégias utilizadas pelos movimentos sociais no processo de tomada de decisão; e suas formas de articulação

e mobilização nas lutas sociais pelo direito à cidade urbanizada.

Para tanto, a pesquisa foi de natureza qualitativa e o método utilizado para a pesquisa foi pautado no materialismo histórico dialético, construindo categorias de reflexões e análises, observando e constatando as contradições, os antagonismos e os confrontos que se configuram a partir das relações estabelecidas em sociedade, e que trazem como consequência os problemas decorrentes da questão social engendrada.

A dialética é o pensamento crítico que se propõe a compreender a “coisa em si” e sistematicamente se pergunta como é possível chegar à compreensão da realidade. Por isso, ela é o oposto da sistematização doutrinária ou da romanização das representações comuns (KOSIK, 1976, p. 26).

Nesse sentido, se faz elementar a apreensão de todos os processos que envolvem os fenômenos, sobretudo, superando aquilo que está aparente. Dessa forma, no processo metodológico foram utilizadas observações participantes, pesquisas bibliográficas e documentais.

No primeiro momento, foi feita pesquisa bibliográfica referente às categorias produção do espaço urbano, segregação socioespacial, participação social, mobilização social, foi também realizada análise documental do Projeto Técnico da obra (Nota Técnica do Projeto), bem como do Projeto de Trabalho Técnico Social (PTTS) e outros documentos disponibilizados pela Secretaria de Desenvolvimento de Obras Públicas (SEDOP).

Utilizou-se, também, a técnica da observação-participante, em que o pesquisador se integra ao grupo com a finalidade de obter informações. Sendo assim, houve participações em 2 (duas) assembleias promovidas pela população e em 7 (sete) reuniões, no intuito de compreender as particularidades desses sujeitos e suas diferentes maneiras de organização para reivindicar seus direitos.

Dessa forma, o respectivo artigo ficou assim organizado: primeiramente, procurou-se fazer uma análise sobre o histórico do desenvolvimento das cidades, centrando sua abordagem na produção do espaço urbano; após, procurou-se refletir sobre movimentos sociais urbanos, lutas sociais e participação popular; e, por fim, apreender sobre as intervenções urbanísticas e o papel reservado às lutas sociais em Belém, tendo como locus

para essa análise o Projeto de Duplicação da Avenida Perimetral, focalizando nos problemas enfrentados por parte dos moradores dessa via, nas diferentes formas de participação popular nessa área de intervenção e suas estratégias para o enfrentamento dos conflitos diante dos responsáveis pela obra.

A produção do espaço urbano: uma breve reflexão

Refletir sobre a produção do espaço urbano no contexto da sociedade capitalista requer a necessidade de compreendê-lo como uma construção histórica, caracterizando-se em uma condição necessária para reprodução do capital e dos diversos grupos sociais.

Sendo assim, é fundamental uma apreensão de autores que se preocuparam em investigar o urbano, articulando-o ao modo de produção capitalista e à dinâmica dos agentes que lutam na cidade pela produção de sua existência.

Para Portela (2011), o espaço urbano pode ser entendido como um processo construído historicamente por agentes que produzem e consomem esse espaço, como um produto social, fragmentado e articulado, permeado de símbolos e, também, como um campo de lutas, tendo a cidade como sua forma, que expressa não só a localização e arranjo de lugares, mas um modo de vida. Esse modo de vida não está ligado somente ao modo de produção econômica, embora sofra seus efeitos, mas está ligado a todas as esferas da vida social, cultural, simbólica, psicológica, ambiental, religiosa e educacional.

Trindade Junior (1997) ressalta que o espaço é socialmente produzido e esta produção ocorre, paralelamente, com a produção de bens materiais necessários à sobrevivência do homem. Portanto, a produção do espaço urbano pode ser interpretada como uma dimensão real e concreta onde se realiza a vida humana e como uma dimensão abstrata, que ocorre de modo diferenciado no tempo e no lugar, ganhando materialidade por meio do território.

A cidade pode ser vista, então, como um conjunto de apropriações e usos que a valoram diferentemente, na qual as combinações dinâmicas produzidas assumem tanto valores de uso quanto de troca, que irão se relacionar

dialeticamente entre si. A cidade é, também, por excelência, lugar ou espaço do estar junto.

Para Harvey (1993), as modificações implícitas das relações sociais e as diferentes apreensões cognoscitivas do espaço geográfico, bem como a ideia de supressão ou ampliação dos espaços de lazer podem levar a inúmeras modificações do imaginário coletivo e das relações culturais no espaço urbano.

Na visão desse autor, a produção do espaço significa coexistência e sobreposição de relações sociais. Significa, também, “materialidade de processos sociais, aparentemente naturais, que são estruturados com base em interesses e práticas individuais e coletivas, sendo guiados por um ‘conjunto de disposições duradouras’ subjacentes a tais práticas e processos”. Para entender estes processos é preciso compreender “os mecanismos que consubstanciam as práticas sociais que, materializadas, balizam o espaço urbano”. Este espaço é formado por uma “práxis social que tem como pano de fundo um sistema econômico (e político) complexo e criativo, que se renova constantemente, se reinventando, inclusive, em suas próprias crises, naquilo que ficou conhecido como ‘destruição criativa’” (HARVEY, 2005, p. 58).

Além disso, o autor argumenta que a produção do espaço urbano com fins para o desenvolvimento, baseado na acumulação do capital, expressa a característica peculiar de permanente mudança de suas práticas e processos materiais de reprodução social, assim como os significados de tempo e espaço que também se modificam, e essas transformações podem ter consequências para a organização da vida diária.

Para Castells (1983, p. 181), “o espaço é um produto material de uma dada formação social. É determinado pelas forças produtivas e pelas relações de produção que se originam delas”. Analisando o espaço urbano enquanto expressão da estrutura social, o referido autor argumenta que a organização do espaço pode ser, então, compreendida a partir da determinação das formas espaciais e diz que todo espaço urbano é o espaço aonde vai se configurar o processo relativo à força de trabalho e sua reprodução.

Entretanto, Lojkine (1997) afirma que tal análise baseia-se em equívocos e que reduz o urbano à força de trabalho. Dentre os equívocos estão: a confusão entre processo – técnica de

trabalho e processo social – de produção; confusão entre a unidade imediata de produção e a divisão “societal” do trabalho, no conjunto de uma formação social; confusão entre forças produtivas e forças produtivas materiais.

Este autor entende o espaço urbano a partir do contexto das lutas de classes, considerando o urbano como um dos lugares decisivos dessa luta, enfatizando a principal contradição entre a exigência de desenvolvimento do trabalho vivo e a lógica de acumulação do trabalho cristalizado que tende a restringir ao máximo esse desenvolvimento em função de suas necessidades imediatas.

A cidade é o reflexo de uma nova modalidade de conflito de classes, uma vez que o espaço urbano é organizado de maneira desigual. O acesso aos serviços de infraestrutura urbana, transportes coletivos e equipamentos de lazer varia de acordo com os diferentes grupos sociais, evidenciando um processo de segregação socioespacial (LOJKINE, 1997).

Para ele, existem três tipos de segregação:

1. Uma oposição entre o centro, onde o preço do solo é mais alto, e a periferia, onde o preço do solo é mais baixo;
2. Uma separação crescente entre as zonas e moradias reservadas às camadas sociais de maior poder aquisitivo e as zonas de moradia popular;
3. Um esfacelamento generalizado das funções urbanas disseminadas em zonas geograficamente distintas especializadas: zona de escritórios, zona industrial, zona de moradia etc.

Mediante a reflexão sobre tais conceitos (Castells e Lojkine), pode-se afirmar que o urbano é historicamente construído enquanto espaço de reprodução da força de trabalho, do capital e das próprias classes sociais.

A cidade torna-se, assim, espaço destinado à industrialização, aos serviços especializados e ao crescimento do capital, acarretando na concentração demográfica e no desenvolvimento “desordenado” da cidade, gerado pela necessidade de reprodução do capital, uma vez que o modo de vida capitalista é determinado pela dinâmica das forças produtivas, articuladas com a produção e reprodução da força de trabalho.

Dessa maneira, pode-se dizer que o urbano se constitui em espaço de reprodução do capital e também em espaço de reprodução de classes sociais, por meio de confrontos sociopolíticos decorrentes da divergência de seus interesses.

Portanto, o urbano é representado por uma infraestrutura que propicia a produção, a circulação, a troca e o consumo de mercadorias e serviços, além de ser produto de ação e interação de diversas forças sociais que possuem perspectivas antagônicas, as quais são modeladas pela luta de classes, causando conflitos e interesses para além do local de trabalho, passando para o local de moradia e áreas de consumo coletivo.

Esses fenômenos podem ser reconhecidos, assim como em outras cidades, em Belém, que sofre com os efeitos da intensa especulação imobiliária, acarretando na valorização de espaços privilegiados, os quais possuem mais investimentos em infraestrutura, serviços e transportes.

Para Lojkin (1997), as novas configurações desenvolvidas no espaço urbano e na moradia, nas últimas décadas, estão diretamente relacionadas a um novo momento da estruturação da sociedade capitalista, no qual o desejo exacerbado por acumulação, somado à necessidade de reprodução das classes sociais, contribuiu para o processo de descentralização das áreas centrais, deslocando-se para outros espaços longínquos da cidade, como baixadas, favelas etc., instigados pelo processo de renovação urbana.

Essas tendências refletem as profundas mudanças ocorridas na dinâmica capitalista, definindo o redirecionamento das unidades produtivas, no qual novos espaços são explorados para a implantação e a implementação de novos equipamentos e infraestrutura que favoreçam a concorrência capitalista, além da abertura de novos mercados, o que produz novas contradições entre o processo de produção social do espaço urbano e da moradia e sua apropriação privada.

Dessa maneira, a intensificação e a extensão da urbanização são provocadas por um consumo voraz e crescente do espaço, uma vez que para atender às necessidades crescentes do capital são alteradas as legislações ambientais e de uso do solo, introduzindo mudanças que visam atender interesses de classes sociais específicas, além do avanço da destruição de florestas por meio da ampliação das fronteiras agrícolas e expansão das monoculturas intensivas, como

da cana e soja, provocando o aumento da exclusão social e da precarização das condições de vida de grandes contingentes populacionais que buscam os centros urbanos.

Cabe ressaltar que a ação do Estado se processa de acordo com as diretrizes do capital, intervindo no espaço urbano para suprir as necessidades do mesmo, estabelecendo a renovação ou abertura de novos espaços, que são fragmentados e intensificam a segregação socioespacial, pois o uso do solo torna-se cada vez mais valorizado.

Sendo assim, muitas famílias que moram em áreas mais centrais são pressionadas pelo capital imobiliário a vender seu imóvel, o que acaba constituindo-se em uma estratégia de sobrevivência, pois a renda adquirida com a venda do imóvel por um valor mais alto gera uma oportunidade de ganho financeiro, já que poderá servir para compra de outro imóvel por um preço menor, em um local mais distante que sofre com a falta de infraestrutura, serviços etc., e o restante da renda será o “lucro” para ser investido em outras transações financeiras.

O espaço produzido assume a característica de fragmentação, em decorrência da ação dos empreendedores imobiliários e da generalização do processo de mercantilização do espaço, homogêneo (pela dominação imposta pelo Estado ao espaço) e hierarquizado (pela divisão espacial do trabalho).

A estruturação do espaço urbano depende das ações econômicas, sociais, culturais e políticas, uma vez que a cidade é resultado de intervenções públicas e privadas que atuam no espaço urbano por meio de investimentos infraestruturais e organizacionais, regulamentando os diversos interesses de poder e de classe, estabelecendo estratégias sociais e políticas, muitas vezes geradoras de segregações e exclusões sociais.

Essa lógica, que se perpetua, reflete as condições de sociabilidade a que os sujeitos estão expostos, repercutindo nas condições de desigualdades e exclusão que o capitalismo desenvolve, influenciando de forma intensa em seu cotidiano. Essas situações vivenciadas implicam na adoção de formas de participação popular que lhes possam favorecer nas lutas pelas melhorias e nas possíveis conquistas relacionadas à garantia de direitos.

Percebe-se, então, que a ação do Estado capitalista, além de expressar os interesses das classes hegemônicas, é um “condensador” de forças sociais, expressando, portanto, as contradições das classes que determinam a emergência dos conflitos/lutas urbanas e dos Movimentos Sociais Urbanos (MSU).

Nesse sentido, neste estudo, as reflexões a seguir se concentraram sobre o processo de luta pela moradia e a importância da participação popular representada pelos movimentos sociais urbanos para o enfrentamento dos conflitos existentes nas cidades brasileiras, especialmente na cidade de Belém-Pará.

Movimentos sociais urbanos, lutas sociais e participação popular

O surgimento dos movimentos sociais urbanos se dá no contexto do intenso processo de industrialização das cidades e modernização do campo no Brasil. A população que era eminentemente rural migrou para a cidade em busca de emprego e melhores condições de vida, e esses fluxos migratórios tiveram como reflexos populações que passaram a ocupar espaços das cidades desprovidos de qualquer tipo de infraestrutura para moradia, formando os chamados aglomerados urbanos.

Conforme Perruso (2012, p. 29), os movimentos de bairros em São Paulo, surgidos em 1950, estavam vinculados ao governo populista como uma espécie de “troca de favores”, havendo dependência desses setores populares com a política dominante e que isso se reproduziu até os anos de 1960, ou seja, os movimentos sociais urbanos estavam submetidos às relações clientelista e paternalista da época, pois esses movimentos foram caracterizados como “‘velhos’ movimentos sociais urbanos, por haver cooptação das lideranças populares, participação controlada e dependência do Estado”.

Perruso (2012, p. 33) analisa que “os movimentos sociais podem ser definidos previamente como articulações da sociedade civil voltadas para temáticas não ao universo do trabalho, mas às demais e diversas dimensões da vida da população urbana”.

Segundo Lojkin (1997), o grau mais alto de expressão da luta de classe é o “movimento social”. Ele especifica que a diferença existente

no movimento social está ligada à relação entre sua “base social” e sua organização que levou à formação daquele movimento social. Portanto, para definir sua natureza sociológica, será preciso conhecer as práticas ideológicas, políticas e as bases sociais que compõem essa organização social.

De acordo com ele, o “alcance histórico real de um movimento social só pode ser definido pela análise de sua relação com o poder político”. O movimento social urbano surge das contradições urbanas (econômicas, políticas e sociais) e este não tem mais a ver com lutas marginal e parcelar de 1960, que eram protagonizadas “tanto pelo movimento operário como pelas organizações esquerdistas” (LOJIKNE, 1997, p. 324). Diante das novas condições de desenvolvimento do capitalismo, o de sua internacionalização, os movimentos sociais têm nova possibilidade e noção da amplitude do urbano.

Na visão de Gohn (2003), apesar de os movimentos sociais urbanos não serem homogêneos, seu objetivo comum é pautado pelo processo de mudança e transformação da sociedade.

Já Scherer-Warren (1993, p. 24) observa que os movimentos sociais urbanos possuem categorias sociológicas que compõem sua estrutura e sua dinâmica, que são: a práxis, o projeto, a ideologia, a organização e a direção do movimento. Desse modo, todas estão presentes nas reflexões de Marx: a práxis como elemento fundamental de transformação da sociedade e da natureza; o projeto como utopia de superação das condições sociais que oprimem materialmente e, em consequência, espiritualmente umas classes em relação a outras; a ideologia tanto como elemento de legitimação da dominação de classe, quanto como elemento propulsor da libertação social; e finalmente a necessidade das classes se organizarem, enquanto grupos de interesses na busca de sua autonomia. Estas categorias formam uma totalidade sintética num processo revolucionário.

Dowbor (2008) argumenta que os movimentos sociais se reconstróem diante do cenário do acirramento da desigualdade nas diversas dimensões da vida social expressadas no contexto urbano, incluindo a precarização dos serviços urbanos (transporte, água, energia, saneamento e outros). Assim, o cenário urbano é palco de diversas manifestações da expressão da “questão

social” também de vários movimentos de resistência frente ao aumento da violência, desemprego, precarização da saúde, educação, habitação etc.

Soler (1993) argumenta que alguns movimentos sociais surgiram em oposição ao governo militar, outros na redemocratização do país e se firmaram como autônomos. E, é nesse ponto que o autor centra sua análise, sobre os movimentos sociais, marcando o seu nascimento pela autonomia e sua relação com o Estado.

Dois temas centrais caracterizam essa relação: a autonomia em relação ao Estado; e a questão da representatividade popular como modelo de democracia direta. Acerca dos movimentos sociais, ainda segundo o autor, sua relação com o Estado se dá por confrontos que se medeiam em instituições cuja existência e administração dependem diretamente dos governos. Assim, as lutas sociais seriam mecanismos de participação popular, uma vez que os sujeitos sociais se organizam para reivindicar ao poder público ações que garantam os direitos de cidadania.

De acordo com Bordenave (1983, p. 11-12), a participação é uma necessidade humana universal, por ela fazer parte do cotidiano do sujeito, tanto no âmbito familiar como nas variadas representações civis da sociedade. Desse modo, “a participação está na ordem do dia devido: ao descontentamento geral; à marginalização do povo; aos assuntos que interessam a todos e que são decididos por poucos”.

A participação popular é tida como condição fundamental para a diminuição das desigualdades e para a definição de estratégias eficazes em busca do direito à cidade, como forma de garantir melhores condições de vida e acesso à cidadania. Essa é uma abordagem que vem se tornando dominante no contexto nacional e internacional, a qual enfatiza a importância da participação da sociedade civil e da articulação de atores sociais para o planejamento e gestão democrática das cidades.

Harvey (1993, p. 32), ao analisar o direito à cidade, argumenta que “o direito à cidade não pode ser concebido simplesmente como um direito individual. Ele demanda um esforço coletivo e a formação de direitos políticos coletivos ao redor de solidariedades sociais”. Nesse sentido, compreende-se a importância do processo de construção coletiva desses sujeitos, que passam a se reconhecer como cidadãos que têm direitos

dentro do espaço em que habitam, buscando traçar objetivos concretos que se traduzam em ações que venham a favorecer a garantia desses direitos relacionados às suas demandas.

Para Lefebvre (2001, p. 67), o direito à vida urbana é “uma condição de um humanismo e de uma democracia renovados”. Esse direito surge como uma proposta radical de resistência à massificação imposta pela sociedade burocrática de consumo dirigido. Por meio das instituições e ideologias, exercem-se pressões e repressões sobre a vida cotidiana no sentido de impor à sociedade formas e ritmos de vida impeditivos da reflexão e, conseqüentemente, da contestação desse modo de vida.

O autor destaca, também, dois relevantes obstáculos ao alcance do direito à cidade: primeiro, a ausência de participação da sociedade na gestão urbana, devido ao alto grau de concentração das decisões nas mãos de administradores e técnicos da elite dirigente que controla a cidade; e, segundo, a forma como estão organizadas as cidades, expressando a estrutura de classe, onde a propriedade e o mercado impedem que seja alcançada a função social da cidade.

Dessa forma, o direito à cidade transcende a elaboração jurídica e diz respeito à vida em sociedade, a democratização do espaço urbano, à ação participativa, ainda que haja tensões e conflitos. Ademais, nesse processo, emergem novas concepções de cidade que perpassam a elaboração do conteúdo político dos movimentos sociais.

No contexto das cidades, aponta-se o papel dos movimentos sociais urbanos e sua importância como articuladores de ações coletivas, que se justificam com posicionamento nas lutas e enfrentamentos, centrados para garantia de direitos, frente às complexidades das contradições que se expressam nesses espaços de disputas e interesses, que são protagonizados entre os que desejam a obtenção de lucro a todo custo, de um lado, e, de outro, os que defendem uma coletividade que se coloca para reivindicar serviços de infraestrutura e melhorias relacionados à moradia e de condições de vida.

Soler (1993) aponta que devemos compreender que apenas o ato de “participar” da população não proporciona transformação; é preciso que cada cidadão participe efetivamente de decisões, fiscalizações e controle para que

a participação popular possa resguardar o bem público e o bom direcionamento dos recursos. Os movimentos sociais têm ainda um longo caminho a percorrer para a construção de cidades menos segregadas e justas, numa perspectiva de distribuição igualitária dos bens e serviços de consumo coletivo.

Por conseguinte, não se pode compreender a reprodução social do espaço urbano sem considerar as nuances que permeiam os objetivos expressos no modelo econômico de produção e reprodução do capital, quando diferentes áreas de concentração urbana se tornam objetos de interesses para os capitalistas e para o mercado, a partir das transformações neles desenvolvidas.

Entende-se que atos de organização popular e reivindicações por direitos, em suas várias formas, como mobilizações sociais feitas nas ruas e redes sociais, órgãos de defesa dos direitos, assembleias populares entre outros, são também formas de participação popular, pois essas ações colaboram para chamar o poder público para dialogar com a população.

Então, a correlação de forças está posta, uma vez que o Estado como agente principal desse protagonismo de contradições, e por meio das pressões sociais, deve garantir tal direito e isso fundamenta a posição da sociedade em lutar por uma lógica de cidade pautada no bem coletivo.

As intervenções urbanísticas e o papel reservado às lutas sociais: o Projeto de duplicação da avenida Perimentral

Espaço urbano e participação popular em Belém

A cidade de Belém foi fundada em 1616, no período colonial, com o nome de Santa Maria de Belém do Grão-Pará, a partir da ocupação das terras indígenas pelos portugueses e da construção do Forte do Presépio (hoje denominado de Forte do Castelo). Seu relevo é baixo, com boa parte do território situado em áreas de “baixadas”, ou seja, as várzeas e igapós das bacias hidrográficas que recortam a cidade. Nestas áreas se instalaram vários migrantes e a população de menor poder aquisitivo e se constituem objeto de ações de saneamento e de habitação de interesse social (PORTELA, 2011).

Segundo o IBGE (2017), Belém é um dos municípios mais populosos do país, estando no 11º lugar do ranking. Em 2017, o IBGE registrou 1.410.430 habitantes, o que representa um aumento de 1,2% em relação à população total da cidade registrada em 2010, que foi de 1.393.399 habitantes.

Os dados referentes a 2010 revelam que 54% de sua população se encontram vivendo em domicílios localizados em aglomerados sub-normais, isto é, do 1,39 milhão de habitantes, 759 mil vivem em comunidades carentes, sem o mínimo de infraestrutura.

De acordo com a distribuição dos bairros que a compõe, Belém se encontra dividida conforme o Mapa 1.

A produção do espaço urbano de Belém sempre foi pautada por contradições e conflitos sociais. No início do século XX, a cidade enfrentou diversos problemas de administração e de infraestrutura, de políticas públicas e de investimentos. A formação de novos núcleos urbanos, e o inchamento dos já existentes, seguiram uma lógica que atraiu, repentinamente, trabalhadores oriundos das mais diversas localidades, expulsando-os para a periferia das cidades, tornando seu assentamento e suas condições gerais de vida cada dia mais difícil. Com as ocupações irregulares, a falta de uma infraestrutura sanitária e o descaso de sucessivas administrações municipais com a qualidade dos programas/projetos de políticas urbanas, completou-se o quadro de agravamento da miséria social e da degradação ambiental, passando a se constituir em importantes bandeiras de lutas sociais (PORTELA, 2005).

É importante destacar que o crescimento da cidade de Belém, e das demais capitais amazônicas, expressa, por um lado, a criação de novas atividades urbanas pelo Estado e pelas empresas privadas e, por outro, a profunda decadência e transformação das atividades agropecuárias e extrativistas, que passam a desencadear correntes migratórias no sentido rural-urbano, definindo formas marcantes de apropriação do espaço da cidade e de constituição de sua paisagem, como por exemplo, a produção de favelas.

Mapa 1 - Divisão dos Bairros de Belém-Pará



Fonte: Prefeitura Municipal de Belém. Adaptado por Portela, Pereira e Araújo (2018).

Segundo Trindade Jr. (1997), a produção do espaço belenense é influenciada por programas de renovação urbana e pelo papel das camadas populares. Nesse sentido, os principais agentes do processo de produção do urbano passam a ser, além das camadas populares, o Estado e o capital imobiliário, que exerceram uma ação mais expressiva na organização espacial.

A apropriação mercadológica do espaço urbano reforça as ações clientelistas e tecnocráticas do poder público que, em parceria com instituições privadas, priorizam fatores econômicos em função dos sociais, provocando o acirramento das expressões da questão social.

Na década de 1970, iniciou-se em Belém uma série de pressões para desapropriação, seja

para fins de programas de governo de renovação urbana; seja para atender a pressões da população que reclamava pelo direito de morar; seja para atender a interesses de proprietários. Foi nesse cenário de conflitos sociais, oriundos da segregação socioespacial, e de luta pela moradia que surgiram as organizações comunitárias e movimentos em defesa da reforma urbana, nos quais foram gerados processos de reivindicações coletivas em torno do direito de morar.

Essas reivindicações em Belém ganharam expressividade¹ devido às várias formas de

¹ As lutas sociais sempre existiram, desde a colônia portuguesa até hoje, com as manifestações e as demandas de ações ou políticas governamentais por parte dos grupos sociais excluídos. Nessa perspectiva, todas as mobilizações e movimentos sociais são

organização popular que passaram a surgir, reivindicando demandas específicas como: saneamento básico, creches, transportes, postos de saúde, habitação, dentre outras, implementando um hábito de construir um poder pela base, na práxis cotidiana, dando origem à constituição de novos sujeitos sociais coletivos.

Segundo Trindade Jr. (1997), a partir desse momento foram realizadas várias intervenções do poder público em áreas alagadas, sendo, no entanto, de caráter esparso e não globalizantes.

Nesse sentido, percebe-se que, apesar dos avanços dos movimentos populares, uma total ausência da participação popular nas tomadas de decisões em relação a tais projetos, evidenciando, assim, outros interesses em jogo, principalmente o econômico, já que os benefícios sociais, tidos como justificativa primeira do programa, tinham, na verdade, papel secundário.

Constituindo-se em sujeitos coletivos, os movimentos populares unificaram-se na luta pela posse da terra, lançando a Campanha pelo Direito de Morar que envolveu vários bairros da cidade, como Jurunas e Sacramenta. Essa prática culminou com o fortalecimento das organizações e com a criação da Comissão de Bairros Pobres de Belém, que mais tarde passou a ser chamada de Comissão de Bairros de Belém (CBB), em 28 de janeiro de 1979. E era uma entidade federativa que formalizava a articulação dos centros comunitários e associações de moradores voltada para os problemas da terra e contra a violência policial.

De acordo com Cruz (1994), a CBB² possuía maior inserção nos bairros onde as contradições sociais e os conflitos eram mais explícitos. Sua principal bandeira de luta era pelo direito de morar. Desse modo, passou a coordenar grandes mobilizações e atos públicos para encaminhar as lutas por melhores condições de vida.

Esse fato ocasionou em um aumento significativo na estruturação do movimento popular em Belém. Os atores sociais, que emergiram nesse momento histórico, ganharam mais legitimidade

e representatividade política nas lutas pelo direito à cidade e à cidadania. Os movimentos populares ultrapassaram o imediatismo de suas reivindicações, transformando suas carências em direitos de cidadania e ganhando significado de uma luta pela reabertura do social como uma nova alternativa política, desencadeando formas de atuação política e ampliando o espaço da cidadania no âmbito social e político. Esse processo é intermediado pelo Estado e por diversos agentes de produção do espaço urbano, mediante contradições e ambiguidades.

Em 20 de outubro de 1985, surgiu a Federação Metropolitana de Centros Comunitários e Associações de Moradores (FMCCAM), atualmente identificada pela sigla FEMECAM, como forma de articular as entidades comunitárias dissidentes da CBB e outras novas criadas com o incentivo do governo.

Essa federação era apoiada pelo Estado, fruto da cooptação e do clientelismo, e usava o discurso da participação e democratização do governo, afirmando que havia necessidade de um gerenciamento mais eficiente do movimento popular nas reivindicações junto ao governo, pois a CBB, além de não estar correspondendo, tinha uma preocupação mais político-partidária.

Esse tipo de posicionamento reflete o interesse que o Estado, materializado pelas administrações públicas, tem de se legitimar, bem como a falta de maturidade da entidade em questionar as ações e estratégias do Estado.

Já a CBB, embora fragilizada, resistia e se fortalecia ao priorizar uma atitude crítica, buscando garantir a sobrevivência de sua própria organização interna, persistindo numa posição de oposição ao aparato estadual.

Em 1986, foi criada a Secretaria Municipal de Saneamento (SESAN), com o objetivo de sanear e drenar as áreas de baixadas, passando a desenvolver ações que visavam não mais projetos de remoção e abertura de canais, e sim, uma tentativa de melhorar as condições de vida nas áreas alagadas por meio dos serviços de drenagem, macrodrenagem, terraplanagem, revestimentos asfálticos, calçadas e outros. Nesse contexto, desenvolveu-se o Projeto Comunidades Urbanas para Recuperação Acelerada (CURA), que foi executado nos bairros do Marco e Pedreira (TRINDADE JR., 1997).

formas de participação popular, que se diferenciam segundo as questões reivindicatórias, definidas pela conjuntura política, social e econômica que se encontram os atores sociais envolvidos.

² A estrutura interna da CBB foi concebida inicialmente por meio de três representantes por bairro, participantes da luta, que integraram sua composição por dois anos, até que se realizasse um Congresso para eleger sua diretoria. A CBB congregava cerca de 50 entidades comunitárias naquela época (CRUZ, 1994).

A partir de 1987, foi desenvolvido, pela Prefeitura Municipal de Belém (PMB), o Programa de Recuperação das Baixadas (PRB), sendo eleita como prioritária a Bacia do Una. Esse programa possuía um prazo inicial de quatro anos e incluía obras viárias e de saneamento em uma área de 3.644 hectares, envolvendo nove bairros de Belém (TRINDADE JR., 1997).

Da década de 1990 até os dias atuais, em Belém, os projetos urbanísticos executados objetivavam resolver os problemas de infraestrutura, saneamento e habitacional da cidade, seguindo uma lógica dos grandes projetos econômicos que têm sido implementados nas metrópoles amazônicas, os quais visam agregar maior valor econômico ao território. A fisionomia da cidade é, portanto, reconfigurada para torná-la atrativa para novas relações socioeconômicas e culturais. Essas áreas são caracterizadas por processos históricos de degradação socioambiental e marcadas pela escassez de investimentos públicos em infraestrutura básica, como exemplo podemos citar o Programa de Recuperação das Baixadas, o Programa de Macrodrenagem da Bacia do Una, o Programa de Recuperação da Bacia do Tucunduba e, mais recentemente, o Programa de Macrodrenagem da Bacia da Estrada Nova (PROMABEN), denominado “Portal da Amazônia” (CRUZ, 2012).

Harvey (1996) ressalta que muitas das inovações e investimentos destinados a tornar as cidades mais atraentes, como centros culturais e de consumo, foram copiadas em outros lugares e o fato da gestão urbana ser tratada como empresariamento leva à competição interurbana visando a atração de financiamentos externos, passando a tratar a cidade como uma “mercadoria”, como um lugar que oferece condições favoráveis a acumulação capitalista.

O referido autor argumenta ainda que, passando a atuar como uma empresa, a administração municipal compreende a cidade como coisa, cidade-objeto, ou cidade-mercadoria, esquecendo-se de seu aspecto fundamental que é cidade-sujeito.

Assim, as políticas de renovação urbana em Belém, buscando maior funcionalidade do espaço para atender a interesses dos especuladores imobiliários, comprometem as paisagens e os cenários dessa cidade, que passam a sofrer intervenções sem que se considere a memória urbana,

como exemplo pode-se citar bairros tradicionais que tiveram seus quarteirões transformados em *shopping centers*, criando focos geradores de grande tráfego; patrimônios arquitetônicos que registravam a história e a memória da cidade foram substituídos por edifícios, acentuando o processo de verticalização, que elevam os preços dos lotes dos terrenos e ameaçam outras áreas (PORTELA, 2011).

Dessa forma, a cidade sofreu transformações estruturais em nível local, pautadas na lógica neoliberal global, de incluir a mesma em um modelo atrativo para o mercado imobiliário, refletindo o interesse na produção e apropriação do espaço.

Ao discutir sobre a importância do papel da cidade no sistema de produção capitalista, Lefebvre (2001, p. 49) argumenta que cabe à cidade “um papel histórico por aglutinar população, meios de produção, o capital, as necessidades e os prazeres. Logo, ela carece da administração, de polícia e de impostos, dentre outros, bem como, pode ser organizada”. Todas essas necessidades, e outras que vão sendo criadas na dinâmica da sociedade, advêm da expansão provocada pela via da urbanização que acabou por concentrar nos espaços urbanos tanto as forças produtivas quanto as forças de trabalho, ao mesmo tempo em que excluía populações inteiras do direito à propriedade e proporcionava a concentração de poder político e econômico em mãos de pequenos grupos no interior destas cidades.

Dessa maneira, as lutas por direitos e melhorias nas cidades requerem, por meio de uma política urbana, uma melhor gestão das cidades brasileiras, as quais são carentes de infraestrutura. As manifestações e reivindicações, os movimentos sociais e a população nas ruas expondo os principais problemas urbanos, gerados pelo desordenado processo de urbanização e aglomeração nas cidades, reclamando a falta de políticas públicas, ao exemplo da empregabilidade, da saúde, do transporte, da habitação etc., demonstram que é necessário construir estratégias de enfrentamento às expressões da questão social e promover uma gestão democrática, que garanta a sua participação nas decisões sobre as políticas urbanas.

imediações da Universidade Federal do Pará (UFPA). Segundo a nota técnica disponível no site da SEDOP, a obra da Perimetral foi orçada em R\$70 milhões financiados pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Social (BNDES) e pelo Governo do Estado.

Destaca-se, também que, como o projeto previa o remanejamento de moradores da área, fez-se necessário a construção do Conjunto Habitacional Liberdade, que disponibilizaria 340 unidades habitacionais, no sentido de atender a necessidade de moradia das famílias que fossem remanejadas da área compreendida da Eletronorte até o terminal de ônibus da UFPA, denominado área da Liberdade.

No ano de 2013, foram retomadas as discussões para o seguimento da obra, quando foram definidos os próximos passos para que a via continuasse a ser duplicada. A partir de então, foram apresentados os direcionamentos para a consolidação da obra, na gestão do governo estadual, governador Simão Jatene, que se encontra até a fase atual.

De acordo com a SEDOP, em nota técnica apresentada, a avenida Perimetral tem importância fundamental como via de ligação direta entre os bairros do Guamá, Terra Firme e Marco, beneficiando diretamente uma população de mais de 300.000 pessoas, dando acesso à Estrada Nova e ao Centro da cidade, como corredor alternativo de saída do centro da capital para o interior do Estado por meio da avenida João Paulo II e avenida Almirante Barroso (AGÊNCIA PARÁ, 2013).

Por esse motivo, o Governo Estadual argumenta que essas razões se mostraram como relevantes para que a avenida Perimetral fosse inserida dentro do plano estratégico de desenvolvimento do Estado, visando o melhoramento da infraestrutura e da mobilidade urbana de Belém, e permitindo, assim, a fluidez no tráfego de veículos na cidade. Sabe-se, porém, que o Governo do Estado não inseriu essa via em seu plano estratégico sem prever que as melhorias em sua infraestrutura se reverteriam em aumento de fluxo de capitais, ou seja, existe na padronização do urbano e no embelezamento da cidade uma relação intrínseca com o retorno do lucro em cima do que é investido.

Conforme Ribeiro (2003), a questão do planejamento público deixa de orientar-se pelo lado da demanda e passa a fundar-se nas exigências

da oferta, em que a racionalidade do mercado passa a ser a referência: critério de retorno de investimentos, eficiência de custos.

Cabe ressaltar que, para além dos interesses políticos, existem os interesses econômicos, não só do governo, que visa garantir o retorno dos investimentos feitos e ainda auferir algum lucro, como também interesses de proprietários particulares, que veem no projeto uma maneira de valorizar as áreas, até então esquecidas pelo mercado de imóveis. Desse modo, o discurso oficial justifica o projeto como “benefícios sociais”, mas, na realidade, estes assumem papel secundário.

Sendo assim, tem-se presenciado esse mesmo discurso utilizado pelos responsáveis por intervenções que vêm sendo desenvolvidas na cidade, a exemplo do Portal da Amazônia e do projeto de ampliação da avenida João Paulo II, que estariam relacionados diretamente com o projeto de duplicação da avenida Perimetral, já que estas vias se constituem como extensões umas das outras, o que facilita o tráfego de veículos com destino ao processo de escoamento de produtos para as zonas portuárias da cidade ou vice-versa, e também no “desafogamento” do trânsito nas áreas centrais de Belém.

Pode-se, portanto, entender a importância desse projeto que, do ponto de vista econômico, se torna bastante significativo para a dinâmica de fluxos de capitais que entram e saem na cidade, também considerando que o mesmo traz benefícios. Porém, para além dos benefícios, o mesmo tem trazido também algumas consequências, que se constituem como motivadoras de posicionamento por parte dos moradores da área frente aos problemas enfrentados, a partir dessa atual intervenção, assim como em outros momentos que marcaram a trajetória histórica de ocupação do bairro da Terra Firme.

De acordo com Rodrigues (1996), os bairros, com maior percentual de áreas alagáveis, são habitados por populações de baixa renda e se apresentam com uma maior densidade demográfica. Nesse sentido, o bairro da Terra Firme se encaixa entre esses bairros, possuindo a terceira maior área alagável da cidade, com um quantitativo populacional bastante elevado. De acordo com dados do IBGE, obtidos por meio de realização do censo 2010, o quantitativo populacional do bairro Montese (ou como é também

chamado Terra Firme) é de 61.439 habitantes (IBGE, 2010).

Por isso, pode-se constatar que esse bairro sempre demandou atenção do poder público, no sentido de promover as melhorias na infraestrutura de suas ruas, por essas se encontrarem em situações de precariedade e sujeitas a alagamentos. Por essas e por outras razões, a história de ocupação e permanência dos moradores do bairro da Terra Firme sempre foi marcada por muitas lutas e resistências, com a participação popular ativa, nos processos que impulsionaram as conquistas de melhorias que esse bairro demandou.

Borges (1992) enfatiza que as políticas de renovação urbana em Belém constituem-se no principal propulsor para mudança da paisagem e de vida das classes populares residentes, principalmente, nas áreas de baixadas. Entretanto, a urbanização do espaço, ao causar uma nova dinâmica na cidade, leva também a criar movimentos de enfrentamento diante do Estado por parte dos envolvidos na busca de minimizar as carências urbanas.

Partindo dessa compreensão, verifica-se que as políticas públicas se transformam numa das principais instâncias de confronto e contradições entre Estado e classes populares na garantia de seus interesses diante do espaço urbano.

Em uma sociedade capitalista, marcada por profundas desigualdades socioeconômicas, o papel do Estado, em princípio, não é o de se contrapor à situação de injustiça “estrutural”, mas o de colaborar para manter as “regras do jogo” que, justamente, criam as disparidades e privações relativas. Existe a possibilidade, porém, de que, em determinados momentos, se estabeleça uma correlação de forças políticas que permita que o Estado exerça um papel diferente; isso vai depender, e muito, do grau de conscientização e mobilização da sociedade civil (SOUZA; RODRIGUES, 2004, p. 13).

Desse modo, no processo de implementação das políticas urbanas emerge conflitos entre os atores sociais envolvidos, que buscam novas formas de fazer valer seus direitos. Nesse sentido, procura-se perceber como se deu esse processo, bem como algumas articulações desses atores, durante o processo de implantação e execução do Projeto, uma vez que as organizações populares não podem ser visualizadas à margem dessas

políticas, “porque elas têm uma trajetória, um processo no qual entram diferentes elementos e também porque elas emergem a partir de problemáticas que expressam contradições sociais” (GOHN, 2003, p. 48).

Assim, compreende-se que, a forma que esses sujeitos sociais encontraram para fazer o enfrentamento, em busca de atenção e de soluções para os problemas locais devido ao abandono e o descaso do poder público, foi se organizar coletivamente, o que se constituiu na formação de centros comunitários, associações e projetos socioeducativos, o que, na prática, significou um meio instituído, com objetivo de aglutinar forças para se alcançar direitos, contribuindo de forma decisiva em alguns momentos de luta desses moradores quando obtiveram importantes conquistas, destacando-se a participação ativa do Centro Comunitário Bom Jesus, assim como da CBB.

É importante ressaltar as ações de algumas entidades ou de outros grupos coletivos que se direcionam frente às questões que permeiam o cotidiano da vida dos moradores dos bairros; por isso, observa-se que especificamente na área da Perimetral, assumem diferentes formas de participação utilizadas como mecanismo de controle social, na busca de soluções para os conflitos existentes nessa área, assim como na provisão de garantias de políticas públicas que promovam qualidade de vida aos seus moradores.

Portela (2005) diz que a participação popular na gestão urbana, nas políticas sociais, pressupõe instrumentos e mecanismos de controle social, devendo ser assegurada a participação de setores e membros representativos das camadas populares e de seus interesses, em todas as instâncias do poder público, por meio de conselhos paritários, reguladores, fiscalizadores e deliberativos.

De acordo com Pereira (2009), a identificação das políticas públicas com os direitos sociais decorre do fato de esses direitos terem como perspectiva a equidade, a justiça social, e permitirem à sociedade exigir atitudes positivas, ativas do Estado para transformar esses valores em realidade. Daí porque, no campo de atuação das políticas públicas, a participação do Estado, seja como regulador, seja como provedor ou garantidor de bens públicos como direito, é considerada fundamental.

Nesse sentido, pode-se entender como atitudes positivas, a participação da sociedade nas políticas implementadas pelo Estado, assim como nos projetos que preveem as melhorias que a população demanda, incluindo-se nessa perspectiva, os projetos de intervenções urbanas implementados nas cidades.

Por isso, o Governo do Estado, ao reiniciar a duplicação da Perimetral, por força dos marcos legais que preveem a inserção da população frente às obras de intervenção urbanística, promoveu três audiências públicas para que a população tomasse conhecimento do projeto e quais seriam os benefícios que a obra de duplicação da via iria proporcionar. Assim, houve, por meio de votação entre os respectivos moradores, a eleição dos representantes para formar a Comissão de Acompanhamento da Obra (CAO).

Essas representações foram formadas, tendo como objetivo acompanhar o desenvolvimento das obras, com o intuito de garantir que as mesmas sejam executadas de forma a satisfazer as necessidades e os interesses da população local, uma vez que a função destinada à CAO foi a de cumprir o papel de intermediária entre o poder público e os moradores, contribuindo para “amenizar” os conflitos que surgiriam no decorrer da execução do Projeto.

Do ponto de vista governamental, caberia aos representantes comunitários a responsabilidade de municiar os técnicos do Projeto com informações sobre as reivindicações dos moradores e divulgando as mensagens governamentais junto à sociedade.

Entretanto, o papel atribuído à CAO sofreu várias críticas, especialmente, no que diz respeito ao “caráter consultivo”, onde se fazia presente à limitação da participação popular no canal de diálogo previsto entre o poder público e a sociedade na gestão do Projeto.

Ressalta-se que a forma de atuação dessa representação é bastante questionada por parte dos moradores da via, que alegam insatisfação, ou por a mesma não socializar de forma abrangente as informações sobre o andamento da obra, ou por se condicionar às ordens impostas pelo governo. Questionam ainda sobre o processo de escolha dessa comissão, já que alguns moradores relatam não terem participado da ação pública que a formou.

Desse modo, a CAO teve sua origem marcada por diferentes interesses e controvérsias. De um lado, o Estado que defendia a proposta de implementação da política urbana e, de outro, o agente financiador que impôs uma metodologia e um modelo de participação. Nesse jogo de interesses, outros atores se destacaram, como a Frente dos Moradores Prejudicados da Avenida Perimetral (FMPAP), que defendia a participação popular como estratégia para garantir o “direito à cidade”.

A análise do processo de escolha dos representantes comunitários ratifica a intensa participação do Estado que impôs padrões/critérios que não condiziam com a realidade dessas organizações comunitárias, e nem propiciaram um espaço para a discussão e encaminhamentos das reivindicações e propostas dessas mesmas, tornando-se um entrave para a participação popular e um fomento de disputa política nos espaços comunitários.

Vale destacar que, durante a execução da obra, a partir do portão de acesso ao hospital Universitário até o terminal da UFPA, os transtornos materiais causados à população se acentuaram de forma mais evidente, havendo muita reclamação dos moradores, pois a obra provocou várias consequências de ordem material nas residências, causando conflito entre os que reclamavam da forma com que vinha se desenvolvendo a obra e os que estavam satisfeitos.

É importante também ressaltar que não são somente os danos materiais que afligem esses sujeitos, mas também existe a questão da identidade que eles construíram com o lugar, como também dos vínculos construídos por meio de relações de vizinhança que foram estabelecidas entre os mesmos.

Durante a pesquisa, evidenciou-se, ainda, que a presença do Estado, por meio de políticas públicas de cunho assistencialista, orientada e proposta pelo governo estadual, levou ao fortalecimento das práticas de cooptação e clientelismo. Nesse momento, as ações do governo serviram mais como estratégias políticas, do que proporcionaram melhoria da qualidade de vida da população.

A respeito dessa questão, Pereira (2009) destaca que no campo das classes subalternas, há um número considerável de associações de bairros e conselhos comunitários, orientados por

uma concepção de movimento popular, baseado na lógica de colaboração com o Estado e com grupos dominantes locais, os quais reproduzem práticas tradicionais e não democráticas, no interior do movimento, e numa relação com o Estado baseada no favor, no clientelismo.

Cabe enfatizar que, a partir das análises das falas dos moradores nas assembleias realizadas na área, há uma estreita relação dessa representação (da CAO) com os executores da obra, o que leva a indícios de existência de possíveis processos de cooptação, o que compromete a sua participação, bem como de favorecimento de interesses particulares e não coletivos, como deveria ser.

Entre aqueles que demonstraram o descontentamento com relação à obra, destaca-se os moradores que resolveram tomar um posicionamento mais contundente, na exigência de soluções para os problemas ocasionados, fato esse que contribuiu para que se organizassem, paralelamente, para tal enfrentamento, formando, assim, a Frente dos Moradores Prejudicados da Avenida Perimetral (FMPAP).

De acordo com Gohn (2003), os movimentos sociais são ações sociais coletivas de caráter sociopolítico e cultural que viabilizam distintas formas da população se organizar e expressar suas demandas. Na ação concreta, essas formas adotam diferentes estratégias que variam da simples denúncia, passando pela pressão direta (mobilizações, marchas, concentrações, passeatas, distúrbios à ordem constituída, atos de desobediência civil, negociações etc.), até pelas pressões indiretas.

O processo de organização da Frente dos Moradores Prejudicados da Avenida Perimetral (FMPAP) se deu no decorrer das oficinas de mapeamento de conflitos socioambientais promovido pelo projeto de extensão do Programa de Apoio à Reforma Urbana (PARU), da Universidade Federal do Pará, em conjunto com a Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE) na respectiva área da Liberdade, que deram visibilidade aos impactos da obra no cotidiano dessa população que desconhecia toda a parte técnica da obra e suas implicações.

Formou-se uma comissão provisória, no sentido de representar os moradores frente aos órgãos responsáveis pela obra, na exigência de soluções e atenção para os problemas que

vinham enfrentando, e, esse foi o primeiro passo dado pela comunidade no que diz respeito ao enfrentamento dos problemas vivenciados.

Assim, foram realizadas várias reuniões, tendo como resultado a realização de duas assembleias, e que contou com a participação de integrantes do PARU/UFPA e da FASE, com a presença de um representante da Faculdade de Direito/UFPA, de integrantes da comissão escolhida, e de um número expressivo dos moradores da Avenida Perimetral, bem como daqueles que moram nas transversais dessa via.

É importante ressaltar que as assembleias realizadas se constituíram em importante mecanismo de interlocução entre os moradores e os representantes da obra para exposição dos problemas decorrentes da implementação do projeto, momento em que foram solicitados esclarecimentos sobre as indenizações, o projeto técnico da obra, o projeto técnico social, os reparos dos prejuízos nas casas, a drenagem das ruas, entre outros.

A FMPAP passou, então, a se articular com os diversos atores sociais envolvidos no Projeto, imprimindo uma nova dinâmica à participação popular, procurando garantir a continuidade da obra, ao mesmo tempo em que fomentaram uma nova racionalidade ao processo organizativo, pautado na eficácia da sua ação e no planejamento de suas estratégias, visando garantir o direito à moradia.

Os novos movimentos sociais constituíram uma novidade no real e nas categorias de representações desse real, levando à revalorização das práticas sociais cotidianas, uma vez que por suas linguagens, lugar onde se manifestavam e valores que professavam, indicavam a emergência de uma nova identidade, a de sujeitos coletivos, constituídos na luta, no enfrentamento dos processos de exclusão social a que estão submetidos. [...] As classes populares se organizam numa extrema variedade de planos, segundo o lugar de trabalho ou de moradia, segundo algum problema específico que as motiva ou segundo algum princípio comunitário que as agrega. Em cada forma de organização se manifesta a obsessiva preocupação com a própria autonomia. Por isso, são muito intermitentes, mutáveis, ágeis, tanto quanto instáveis (SADER, 1988, p. 27/313).

Conforme Oliveira (2001), a população detém o direito de intervir diretamente na organização de seu espaço de vida, em sua cidade. Este é um dos aspectos da luta histórica da população que buscou a integração entre gestão da cidade e democracia. Os instrumentos previstos dão passagem a uma nova cultura política, embasada na complementariedade entre democracia participativa e representativa.

Todavia, a maioria das demandas solicitadas junto aos responsáveis pela obra não foram atendidas, entre as quais se destacam o sistema de microdrenagem, aterramento de áreas alagadas, abastecimento de água com qualidade, esgotamento sanitário, arborização, regularização fundiária, entre outros, exigindo assim que se continue esse processo de luta, reunindo de forma coletiva os moradores da área, no sentido de estabelecer novas estratégias de enfrentamento junto às esferas públicas e privadas, na garantia de que seus direitos sejam reconhecidos e garantidos.

Portanto, entende-se que os direitos de uma gestão democrática e participativa da comunidade, no que se refere às mudanças no meio em que vivem e no seu espaço de moradia, jamais devem ser desconsiderados, visto que são direitos garantidos constitucionalmente como essenciais à sociedade, que precisa pontuar a sua participação no planejamento das ações a serem desenvolvidas no espaço urbano do local onde mora, como, aliás, está expresso no Estatuto das cidades, de acordo com a descrição de Oliveira (2001, p. 16), a seguir:

O Estatuto da Cidade, ao prever um capítulo dedicado à gestão democrática, evidencia que sem a compreensão mais profunda dos processos e conflitos em jogo na questão urbana, dificilmente se atenderá aos princípios constitucionais de direito de todos à cidade, da função social da propriedade e da justa distribuição dos benefícios e ônus decorrentes do processo de urbanização.

Conforme enfatiza Harvey (1996), não é possível solucionar os problemas urbanos e os conflitos pelo solo urbano se não for garantida a participação dos cidadãos nos processos de produção e reprodução das cidades, e que o direito à cidade envolve o direito de participar do urbano de forma a atender as necessidades da

massa da população. Então, o direito à cidade passa pela luta dos diferentes grupos sociais pela apropriação e domínio do espaço urbano, a qual gera espaços segregados e formas de resistência.

Essas práticas se materializam nas diversas formas no tecido social como os movimentos sociais, fóruns de debates, democracia participativa e direta, controle social, entre outros. Isso são expressões e canais de participação social presentes na sociedade brasileira que têm como objetivo comum o direito da participação popular na gestão e inclusão de suas demandas nas políticas públicas.

Diante dessas análises, é possível constatar a relação conflituosa entre os sujeitos envolvidos, pois, embora vivam a mesma situação de privação de direitos, possuem visões e formas diferenciadas de participar, mobilizar e reivindicar.

Nesse sentido, a realidade dos moradores da Avenida Perimetral encontra-se nesse patamar, já que grande parte desses sujeitos não possui conhecimentos referentes aos seus direitos e que estão sendo violados; daí a importância da organização coletiva e da assessoria junto aos mesmos, promovendo a capacitação necessária, acumulando conhecimento do direito à cidade, estabelecendo condições para elaborar suas demandas de maneira qualificada, sem, contudo, interferir na sua autonomia enquanto sujeitos sociais independentes.

De acordo com Maricato e Santos Jr. (2006), a defesa da participação, com relação à gestão de segmentos da política urbana – saneamento, habitação e desenvolvimento urbano –, funcionam, no entanto, sem articulação macroestrutural entre esses segmentos. É interessante refletir sobre o direito à cidade e as estratégias de lutas e reivindicações com vistas ao acesso a esse direito no Brasil. A reflexão sobre a história da participação política das classes populares se apresenta por elementos singulares no país.

O atendimento dessas vozes que pulsam por direitos, às vezes de maneira antagônica, por evidenciar os projetos e demandas ao poder público, tanto pela resistência e luta chegando até o extremo que é a violência, em consequência a intimidação respaldada pelo Estado, orientado pela ordem pública. Ademais, no contrassenso disso, essas vozes que clamam por direitos, são despossuídos dos benefícios de uma cidadania efetiva, que lhe dá a oportunidade de reivindicar

e questionar quando se faz pertinente (CRUZ, 2012).

É necessário que se pense a cidade como um lugar em que se estabelecem relações de sociabilidade, interesses, expectativas, mobilidade social e econômica. Dessa forma, a cidade constitui-se como um espaço que aglutina diversos agentes sociais que possuem interesses particulares e constitui-se como um espaço complexo e heterogêneo e que cresce de forma desordenada.

Assim, a necessidade de moradia digna se constituiu como bandeira de luta da população que habita as periferias dos centros urbanos, que reivindica por melhores condições de vida, lutam por moradia digna, saneamento, pavimentação e participação social na elaboração das políticas públicas.

Contudo, a participação social nos processos de transformações estruturais das cidades é limitada, visto que a lógica utilizada pelos agentes que promovem essas intervenções urbanas se concentra na valorização econômica local, para atender as expectativas de expansão do capital imobiliário e circulação de mercadorias. Dessa forma, os investimentos em projetos de melhorias nas cidades não são feitos de forma aleatória, prevendo o retorno maior de tais investimentos.

Essa dinâmica tem submetido as cidades Amazônicas a transformações, que se expressam por meio de um tipo de desenvolvimento urbano que propõe melhorias em infraestruturas e investimentos, sem, contudo, atender as expectativas de melhorias para a maioria da população de suas cidades.

Dessa forma, as lutas sociais têm sido um mecanismo utilizado por movimentos populares para reivindicação de direitos referentes à garantia das demandas, principalmente em áreas de periferia, onde fica evidenciada a falta de atenção do poder público e carência de políticas públicas. Assim, se organizam para o enfrentamento das questões que permeiam o seu cotidiano.

À guisa de conclusão

O processo de urbanização na Região Amazônica revela a face avassaladora do modo de produção capitalista, na qual a necessidade de obtenção de espaços e a transformação dos

mesmos em mercadoria transformam a cidade num palco de luta pelo domínio e pelo poder.

As intervenções urbanísticas demonstram um aprendizado de caráter político dentro do contexto em que se apresenta, onde a tônica de planejamento e gestão da cidade sempre estiveram assentados numa concepção tecnocrática e racionalista com vistas a propósitos bens específicos de desenvolvimento urbano, em geral associado à ideia de modernização da cidade.

A execução do Projeto de Duplicação da Avenida Perimetral é um reflexo desse cenário, que, embora tenha avançado no sentido de desenvolver melhorias na infraestrutura e mobilidade urbana, associada a um processo de ampliação dessa via, tem impulsionado a valorização econômica da área e ocasionado várias consequências para os moradores.

Dentre as consequências sofridas, destacaram-se os remanejamentos, as perdas materiais, a retirada parcial de parte das casas, entre outros. Tais consequências foram determinantes para que parte dos moradores da área tomassem atitudes propositivas, se organizando e formando, assim, a Frente dos Moradores Prejudicados da Avenida Perimetral (FMPAP). Suas estratégias de ações se deram por meio de mobilizações em assembleias, para dar visibilidade aos impactos negativos da obra, na busca de alternativas para as soluções dos problemas e conflitos enfrentados.

Diante desse cenário de prejuízos materiais, a resistência popular necessita legitimar-se por meio de um projeto de maior amplitude, um projeto coletivo evidenciado em bandeiras de lutas, lançando mão de estratégias de articulação política, as quais possam resultar em demandas em longo prazo.

Evidentemente que as correlações de forças se fizeram presentes nesse processo. Se de um lado havia aqueles a favor das reivindicações, por outro havia os que desqualificavam suas ações. E, entre eles, o governo, que alegou que a execução do projeto traria melhoria da qualidade de vida dos moradores, discurso utilizado durante a apresentação do projeto em audiência pública. Por força dos marcos legais, foi formada a CAO Perimetral. Contudo, a forma de atuação dessa representação foi vista, por uma parcela de moradores, com certa desconfiança, pela falta de socialização sobre o andamento da obra, ou

ainda pela estreita relação demonstrada com os executores da mesma.

Embora o histórico de lutas dos moradores da avenida Perimetral seja de confrontos e enfrentamentos para garantia da moradia e de melhorias, muitos de seus moradores não se reconhecem enquanto detentores de direitos. Fato esse que pode ser atribuído às formas de dominação que lhes são impostas, e que lhes priva de exercer sua cidadania plena, impossibilitando uma participação mais ativa e propositiva na defesa de seus interesses. As estruturas dominantes que permeiam a realidade dessas pessoas não permitem que se tornem politizadas para se organizar e reivindicar.

Por isso, a importância de se aglutinarem em objetivos comuns, participando de organizações populares, como associações, centros comunitários, entre outros, o que lhes permite que encontrem alternativas que alterem a sua participação nos vários processos que norteiam o seu cotidiano. São práticas que se materializam nas diversas formas no tecido social, como os movimentos sociais, fóruns de debates, democracia participativa e direta, controle social, entre outros. Isso são expressões e canais de participação social presentes na sociedade brasileira que têm como objetivo comum o direito da participação popular na gestão e inclusão de suas demandas nas políticas públicas.

Diante disso, os movimentos sociais tornaram-se imprescindíveis para a transformação da arena política, como forma de reivindicarem uma melhoria da qualidade de vida, dentro de um quadro de profundas desigualdades sociais e degradação ambiental e das condições de vida.

Ampliar a participação popular nos novos formatos institucionais de gestão tem-se configurado como um importante instrumento para promover a articulação entre os atores sociais e para melhorar a qualidade do processo de tomada de decisão, reconhecendo, desse modo, a capacidade e a potencialidade da própria sociedade civil quanto à indicação dos caminhos que a cidade deveria seguir.

Assim, nos vários processos que permeiam o desenvolvimento urbano nas cidades, a participação popular precisa ser motivada e possibilitada, e, principalmente, garantida e reconhecida, pela sua importância como mecanismo de

participação no controle social das políticas que sejam implementadas.

Isso é um processo que pode estar em permanente construção, estabelecendo novas formas de relação entre o poder público e a sociedade civil, visando a uma nova cultura política, assim como a garantia de seu direito à cidade.

Referências

AGÊNCIA PARÁ. **Duplicação da Perimetral deve recomeçar em 75 dias**. Belém, 2013. Disponível em: <<http://www.ioepa.com.br/2013/noticias.aspx?id=805>>. Acesso em: 29 ago. 2016.

ANF – Agência de Notícias das Favelas. **Terra firme: cultura e desafios**. Disponível em: <www.anf.org.br>. Acesso em: 8 ago. 2016.

BAPTISTA, Myrian Veras. **Planejamento social: intencionalidade e instrumentalização**. São Paulo: Veras, 2000.

BORDENAVE, Juan E. Diaz. **O que é participação**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

BORGES, Maria Vitória Paracampo. **Cidadania e Direito de Morar: a prática de ocupação coletivas e o movimento de posseiros de “Jaderlândia” – Ananindeua-PA**. 1992. 380f. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento) – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Belém, 1992.

CASTELLS, Manuel. **A questão urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

CBB - Comissão de Bairros de Belém. **Revista História de Lutas da CBB**. Belém, 1984.

CRUZ, Sandra Helena Ribeiro. **Grandes projetos urbanos, segregação social e condições da moradia em Belém e Manaus**. 2012. 317f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido) – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2012.

_____. **Movimentos sociais e construção do espaço urbano em Belém: o bairro da Sacramento**. 1994. 164f. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento) – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 1994.

DOWBOR, Ladislau. **O que é poder local?** [Sl.: s.n.], 2008.

GOHN, Maria da Glória Marcondes. **Movimentos sociais na atualidade**: manifestações e categorias. Rio de Janeiro: Vozes, 2003.

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.

_____. Do gerenciamento ao empresariamento: a transformação da administração urbana no capitalismo tardio. **Espaço e Debates**, São Paulo: Neru, n. 39, ano 16, p. 48-64, 1996.

_____. **A condição pós-moderna**. 2 ed. São Paulo: Loyola, 1993.

IBGE. **Censo Demográfico**. Rio de Janeiro, 2017.

_____. **Dados sobre o índice populacional do bairro Montese (Terra Firme)**. Belém, 2010. Disponível em: <http://www.belem.pa.gov.br/app/ANUARIO_2011/2_01_Demografia.pdf>. Acesso em: 22 set. 2012.

KOSIK, Karel. **A dialética do concreto**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

LEFEBVRE, Henry. **A cidade do capital**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

LOJKINE, Jean. **O Estado capitalista e a questão urbana**. São Paulo: M. Fontes, 1997.

MARICATO, Ermínia; SANTOS Jr., Orlando. Dossiê: Conferências Nacionais - Uma Política Urbana Participativa. **Teoria e Debate**, n. 66, abr./maio 2006. Disponível em: <http://www3.fpabramo.org.br/o-que-fazemos/editora/teoria-e-debate/edicoes-anteriores/dossiê--conferencias-nacionais-uma-politica>. Acesso em: 24 jan. 2015.

OLIVEIRA, Isabel Cristina de. **Estatuto da cidade, para compreender**. Rio de Janeiro: IBAM; DUMA, 2001.

PEREIRA, Potyara A. P. **Política social no capitalismo**. São Paulo: Cortez, 2009.

PERRUSO, Marco Antônio. **A temática dos movimentos sociais urbanos no Brasil dos anos 1970/80**. [S.l.:s.n.], 2012.

PORTELA, Roselene de Souza. **Políticas habitacionais em cidades amazônicas**: Belém e São Luís na perspectiva comparativa. 2011. 305f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido) – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2011.

_____. **Planejamento, participação popular e gestão de políticas urbanas**: a experiência do projeto

de macrodrenagem da bacia do Una (Belém-PA). 2005. 213f. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento) – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2005.

RIBEIRO, Luiz Cezar de Queiroz. O estatuto da cidade e a questão urbana brasileira. In: RIBEIRO, Luiz C. de Queiroz; CARDOSO, Adauto Lucio. **Reforma urbana e gestão democrática**: promessas e desafios do Estatuto da Cidade. Rio de Janeiro: REVAN; FASE, 2003. P. 11-25.

RODRIGUES, Edmilson Brito. **Aventura urbana**: urbanização, trabalho e meio-ambiente em Belém. Belém: NAEA, 1996.

SADER, Eder. **Quando novos personagens entram em cena**: experiências e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo – 1970/1980. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SCHERER-WARREN, Ilse. **Redes de movimentos sociais**. São Paulo: Edições Loyola, 1993.

SOLER, Salvador. **Poder local e planejamento participativo**. [S.l. : s.n.], 1993.

SOUZA, Marcelo Lopes; RODRIGUES, Glaucio Bruce. **Planejamento urbano e ativismos sociais**. São Paulo: UNESP, 2004. (Coleção Paradidáticos)

TRINDADE Jr., Saint-Clair C. **Produção do espaço e uso do solo urbano em Belém**. 1997. 192f. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento) – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 1997.